

A QUEBRA DO MONOPÓLIO DAS PATENTES DE MEDICAMENTOS ANTI-HIV BASEADA NO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Alysson Silva dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo central apresentar a revitalização do instituto da propriedade industrial, particularmente das patentes, a partir do seu uso social, a fim de projetar luz sobre a discussão da quebra das patentes de medicamentos envolvendo o Brasil, no cenário internacional. Neste sentido, foi utilizado inicialmente como recurso metodológico o levantamento do histórico do direito de propriedade, demonstrando a quebra do paradigma liberal pela novel doutrina da função social da propriedade. Paralelamente, realizou-se uma investigação acerca dos dispositivos legais da legislação nacional e internacional, que legitimaram o posicionamento brasileiro exitoso, diante da acusação internacional de quebra de patentes. Por fim, pode-se afirmar que a postura do Estado Brasileiro foi ao mesmo tempo legítima, ancorada na necessidade sócio-humanitária de preservação da vida dos portadores do HIV, bem como revestida de legalidade: dentro do direito público interno (i), sob o fundamento do princípio constitucional da função social da propriedade e de seu desdobramento nas leis nacionais e dentro do direito público internacional (ii), conforme dispositivo do acordo Trips – *Trade Related Intellectual Property Right*.

Palavras-chave: patentes de medicamentos, função social da propriedade e quebra das patentes.

¹ Professor da Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO nas disciplinas de Teoria Geral do Estado, Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito do Petróleo, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, Diretor Presidente do Instituto DAPONTE e consultor jurídico.

Introdução

O presente artigo pretende apresentar como um ponto chave da dinâmica capitalista o direito de propriedade, que foi sendo ao longo dos embates constitucionais moldado pela lógica dos valores finais do Estado. Evoluindo de uma concepção liberal, onde é tido como um direito absoluto, perpétuo e ilimitado, para aplicação político-jurídica de uso social. Neste sentido, trazemos nas duas primeiras seções um breve histórico do papel exercido pelo Estado Intervencionista na limitação desse direito baseado em sua função social, conforme doutrina de Lotufo (2008) e Duguit (1927), além das normas-princípios constitucionais e dispositivos legais infraconstitucionais que tratam da matéria. Por fim, na terceira e última seção, particularizamos a limitação ao direito de propriedade baseado em seu uso social tratando do mecanismo da licença compulsória das patentes, como importante mecanismo de Estado de quebra de monopólios violadores dos interesses da saúde pública, especialmente quando se tratar de patente de medicamentos anti-HIV.

1. Novas Práticas Jurídicas: o Direito de Propriedade Baseado no Uso Social

Segundo Araújo (1999) não se pode negar que sobre a propriedade assenta a estratificada estrutura social da sociedade liberal e capitalista. Assim, guiado pelo liberalismo econômico o direito absoluto da propriedade privada ganhou força, no final do século XVIII, e passou a dirigir as ações políticas imperialistas da Europa.

O conceito individualista de propriedade foi posteriormente incorporado ao Código Civil Napoleônico, irradiando-se para os demais diplomas legais do mundo. Influenciou a legislação portuguesa, chegando a impregnar o Código Civil Brasileiro de 1916, como consequência, a constitucionalização do direito de propriedade se deu pela perspectiva liberal e individualista da propriedade. (Lotufo, 2006).

Direito de Propriedade durante a história sempre ocupou lugar de destaque pelo fato de ter sido o responsável pela concentração de riquezas, representado fonte de poder político e econômico. A concepção liberal da propriedade, como direito perpétuo,

ilimitado e absoluto produziu externalidades² no âmbito social, fazendo merecer reformas urgentes. (Santos, 2009)

Com efeito, paralelamente à doutrina individualista, iniciou-se a marcha evolutiva para uma nova concepção de propriedade, com doutrina da função social da propriedade, ainda que incipiente.

Neste contexto, juristas como Leon Duguit, revestem a propriedade de uma perspectiva social e coletiva, ao refletir que a propriedade constitui além de um direito, um dever do possuidor da riqueza em empregá-la a fim de manter e aumentar a interdependência social.

A doutrina *tomista* (de São Tomás de Aquino) baseada em um direito de propriedade natural a ser exercido com vistas ao bem comum, influenciou as encíclicas papais, atingindo um papel notório na edificação desse novo conceito de propriedade, a exemplo da *Rerum Novarum*, de Leão XIII, na *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, na *Mater et Magistra*, de João XII. (Santos, 2009)

Com efeito, o Brasil em um século e meio de evolução constitucional, aumentou a inserção da doutrina da função social da propriedade em seus vários textos Constitucionais. A Constituição de 1934, por exemplo, fortemente influenciada pela Constituição Mexicana de 1917 e de Weimar de 1919, acabou por consagrar dispositivo acerca da função social da propriedade, fato repetido pela Constituição de 1937. Sem embargo, a Constituição mais enfática no assunto, e anterior à atual Constituição Cidadã foi a Carta Constitucional de 1946, ao estabelecer o uso da propriedade condicionado ao bem-estar social, dispondo que o direito de propriedade estaria garantido, ressalvado por desapropriação motivada por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. (Santos, 2009)

Mister destacar que o princípio da função social da propriedade apenas foi tratado com maior clareza na Carta Magna de 1988. Tal tratamento constitucional abrangeu explicitamente a função da propriedade urbana e da propriedade rural. Em seu art. 182, parágrafo 2º, dispõe que a propriedade urbana cumpre sua função social ao

² Segundo Fábio Ulhoa Coelho (2005), a externalidade é conceituada como todo efeito produzido por um agente econômico que repercute positiva ou negativamente sobre a atividade econômica, renda ou bem-estar de outro agente econômico.

atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa em seu plano diretor. Em seu art. 186, inspirada na redação do Estatuto da Terra, estabeleceu que a função social da propriedade rural estará atendida quando simultaneamente contemplar: o aproveitamento racional e adequado da terra; a utilização dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Código Civil de 2002, logo após, influenciado pela consolidação do princípio da função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro, também incorporou o princípio em questão, em seu Art. 1.228. § 1º:

O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Destaca-se o fato de que tal princípio foi trabalhado constitucionalmente apenas do ponto de vista da propriedade material, ficando de fora o tratamento deste sobre a propriedade imaterial, a exemplo do direito de patente. Ao contrário, a lei específica, n.º 9.279/1996, acabou por definir a função social aplicada aos bens industriais³ no caput de seu art. 2º, ao mencionar que a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial efetiva-se, mediante o alcance do interesse social, bem como do desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

O referido arcabouço legal tem sido imprescindível dentro do atual contexto mundializado das novas tecnologias, no qual a propriedade patentária sobre as invenções farmacêuticas alcançou *status* de grande poder, ao proporcionar aos detentores do capital, um monopólio de até vinte anos. Configurando-se um mecanismo eficaz, tanto de concentração de riquezas, quanto de ampliação das desigualdades entre países, sendo os conflitos internacionais cada vez mais constantes, a exemplo das disputas envolvendo as patentes farmacêuticas entre o Brasil e os laboratórios internacionais, representado por seu respectivo país sede, principalmente os Estados Unidos da América.

³ Nomenclatura adotada pelo Prof. Fábio Ulhoa Coelho para referir-se as patentes de invenção e modelo de utilidade, as marcas e desenhos industriais.

Situação que reclama a necessidade premente da intervenção do Estado na propriedade imaterial, especialmente das patentes farmacêuticas, baseada no seu uso social.

2. A Doutrina Intervencionista do Estado Baseada no Uso Social da Propriedade

Em nossa história recente, o Estado Intervencionista é recriado com a necessidade de por limites à liberal e inconsequente economia de mercado, que culminou socialmente por todo mundo nos conflitos entre industriais e operários, na Revolução Industrial, e atualmente, entre as *Big Pharmas* dos países da Tríade⁴ e os governos dos países periféricos, num período que podemos denominar de Era das patentes.

Destaca-se também, os efeitos danosos, em nível internacional, da irresponsável economia especulativa de mercado, desde a Grande Depressão Americana, ocorrida em 1929 com o *crash* da Bolsa, fazendo nascer uma nova ordem econômica anti-liberal, também chamado de Estado do Bem-Estar, construído no plano teórico a partir das idéias intervencionistas de Jonh Maynard Keynes, tal doutrina econômica teve por marco, no espaço de política internacional, o Acordo de Bretton Woods⁵, em 1944. Chegando aos dias atuais, com o recente estouro da bolha especulativa do mercado imobiliário americano, cujos efeitos ainda estão sendo sentidos por todo o mundo.

Hannah Arendt (2003) faz um importante contraponto e crítica à visão dos economistas liberais da sociedade atual, que percebem a apropriação privada da riqueza (e a propriedade privada), como o bastante para a proteção das liberdades individuais. Ao declarar que numa sociedade de detentores de empregos, as tais liberdades só estariam seguras na medida em que são garantidas pelo Estado, e ainda hoje são

⁴ Tal expressão deve-se a K. Ohmae, que indica três pólos da concentração capitalista mundial, quais sejam: os EUA, a União Européia e o Japão, que se inter-relacionam, e estabelecem associações com outros países, países da periferia (apud Chenais, 1996, 63). Neste trabalho, utilizamos a expressão países da Tríade como sinônimo de países centrais.

⁵ Acordo que visava uma maior intervenção dos Estados na economia estabelecendo o lastro ouro e impedindo que o dinheiro escapasse dos países, restringindo a especulação com as moedas mundiais, criando-se organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, com o intuito de financiar a reconstrução dos países arrasados pela Segunda Grande Guerra. (<http://www.unificado.com.br/calendario/07/bretton.htm>)

ameaçadas constantemente, não pelo Estado, mas pela própria sociedade, que distribui os empregos e determina a parcela de apropriação individual. (Santos, 2004)

O ponto de convergência a ser considerado com o pensamento de Hannah Arendt reside na necessidade de regulação do Estado como garantidor das liberdades individuais. Todavia, o Estado deverá garantir também os direitos fundamentais da pessoa humana, resguardando assim o Estado Democrático de Direito. Nesse contexto é que se ancoram os princípios jurídicos que sustentam a intervenção do Estado na propriedade, quais sejam: a supremacia do interesse público sobre o interesse particular, e conseqüentemente a chamada função social da propriedade. (Santos, 2004)

O direito de apropriação, bem como o de garantir a propriedade não deverá ser contrário ao interesse público, de modo que a esfera privada deve-se submeter à esfera pública, a fim de não causar externalidades com efeitos negativos.

O arcabouço legal constitucional tutela expressamente a propriedade privada como um direito político juridicamente garantido em seu art. 5º, inciso XXII, bem como no art. 170, inciso I. Ressalta-se que o citado artigo trata da ordem econômica, no qual a propriedade privada está situada como segundo princípio, logo abaixo do princípio da soberania. Na sequência, aparece o princípio da função social da propriedade, respectivamente nos incisos XXIII, do Art. 5º, e III do art. 170 da Lei Maior Brasileira, estabelecendo uma harmonização entre a propriedade privada e sua função social.

Destarte, pode-se afirmar que a função social da propriedade faz do instituto jurídico-político da propriedade, mais que um direito fim, mas, sobretudo, um direito meio para se alcançar o bem-estar social dentro de uma perspectiva conciliatória dos interesses individuais e sociais. Na medida em que, os interesses individuais estiverem ameaçando os interesses da coletividade, a constituição resguarda a intervenção do Estado como legal e necessária, para limitar o direito de propriedade revestindo-o do contorno socialmente adequado. (Santos, 2009)

Em síntese, a concepção da função social não deverá ser sustentada como parte externa do conceito jurídico de propriedade, na medida em que a função social passa a integrar a estrutura de tal conceito. (Lotufo, 2006)

Na lição de Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2007) os princípios da Supremacia do Interesse Público⁶, e particularmente a Função Social da Propriedade fundamentam as modalidades de intervenção no direito de propriedade, quais sejam: a intervenção restritiva e a intervenção supressiva.

As requisições⁷ merecem destaque, ao passo que são uma intervenção restritiva do Estado na propriedade, motivadas segundo a redação do art. 5º, inciso XXV da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), “*no caso de perigo público iminente, a autoridade competente poderá usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver danos*”.

Quando tratamos de intervenção do Estado no direito de propriedade, em caso de limitação ao Direito de Propriedade Industrial, baseado em seu uso social, em obediência ao princípio constitucional da função social da propriedade, fala-se em uma modalidade de requisição, que assume tecnicamente o nome de licença compulsória. (Santos, 2004)

Na terceira e última seção, aprofundaremos o princípio da função social da propriedade aplicado à propriedade intelectual, particularmente da propriedade industrial das patentes farmacêuticas.

3. Novas Práticas Jurídicas para as Políticas Tecnológicas em Saúde: A Quebra do Monopólio das Patentes Baseada em seu Uso Social

A prescrição legal dos arts. 68 a 74 da Lei n.º 9.279/96 estabelecem a possibilidade de licenciamento compulsório⁸, seja por abuso de direitos, seja na

⁶ Para os autores em questão a Supremacia do Interesse Público corresponde ao interesse coletivo, ou seja, o interesse do maior número, ou da maioria que deverá ser prevalecente em relação ao interesse individual, em caso de conflito.

⁷ Segundo Di Pietro (2000, 128), as requisições incidem sobre os bens móveis ou imóveis de propriedade privada, ou sobre serviços. É forma de limitação à propriedade privada, por meio de intervenção estatal do domínio econômico, a fim de atender a necessidades coletivas em tempo de guerra ou em caso de perigo público iminente. Caracteriza-se por ser procedimento unilateral e auto-executório, dependente da discricionariedade do Poder Público, consoante apenas a situação de perigo público iminente ou estado de guerra; independente, portanto, da vontade do particular ou de prévia intervenção do Poder Judiciário. Também, é oneroso por natureza, pois confere direito à indenização *a posteriori*, em caso de gerar danos ao proprietário.

⁸ Prescrição legal conforme o Código Brasileiro de Propriedade Industrial, acerca das possibilidades jurídicas do licenciamento compulsório:

ocorrência de dependência entre patentes, ou mesmo, nos casos de emergência nacional ou de interesse público, ou seja, baseando-se em seu uso social.

O licenciamento compulsório refere-se à possibilidade do Estado, via Poder Executivo, por decreto, ou via Poder Judiciário, por sentença mandamental, quebrar o monopólio de determinada patente baseado em seu uso social (princípio da função social da propriedade).

Importante frisar que não se trata de quebra de patentes, retórica comum utilizada por seus detentores, mas sim, de quebra do monopólio desta, ou seja, o licenciamento (autorização) exclusivo de exploração econômica da patente, deixa de ser exclusivo, sendo flexibilizado pelo Estado. Portanto, não ocorre uma desapropriação⁹, como anunciam os maiores patenteadores. O que ocorre de fato, é que o detentor da patente terá um ou mais concorrentes, a partir da autorização (compulsória) do Estado para que outro possa fabricar os produtos patenteados. Vale destacar que o detentor da patente objeto de licenciamento compulsório não deixa de receber os royalties.

Segundo Santos (2004), o que justifica tal mecanismo é que o sistema-jurídico brasileiro considera o interesse social relacionado ao acesso às comodidades propiciadas pelo desenvolvimento industrial.

Utilizando-se o princípio da função social da propriedade deve-se atentar ao fato de que o direito de propriedade industrial, notadamente sobre as patentes,

a) dependência de patentes (art. 70). Esta modalidade apresenta estreita relação com o desenvolvimento tecnológico. Assim, quando determinada inovação técnica não puder ser explorada sem violação de patente anteriormente concedida, consistindo tal inovação em comprovado avanço técnico em relação à invenção base, a lei autoriza o licenciamento compulsório. Um exemplo clássico utilizado como ilustrador do caso vertente, é o de medicamento patentado, que apresenta determinado efeito colateral, imaginemos que outro pesquisador consiga eliminar o efeito colateral do tal medicamento. Caso o titular da patente daquele produto farmacêutico negue-se a licenciá-lo voluntariamente, o titular da inovação que eliminou o efeito colateral poderá viabilizar legalmente a comercialização de sua pesquisa através da licença compulsória da patente de primeira geração (medicamento inovador com efeito colateral), em detrimento do avanço tecnológico e importância social da patente de segunda geração (medicamento inovador sem efeito colateral);

b) emergência nacional (art. 71);

c) interesse público (art. 71).

d)

⁹ Nesta sim, há a total retirada do direito de propriedade, mediante um devido processo legal e uma respectiva indenização. O licenciamento compulsório é modalidade de requisição como já referido na seção anterior.

representa não só o incentivo de garantia ao retorno dos investimentos de seu titular, mas, sobretudo, a supremacia do interesse público nacional, sobre o mencionado interesse privado, que quando ameaçado, autoriza a possibilidade do licenciamento compulsório.

Há no caso da licença compulsória apenas uma relativização do direito de usufruir, que deixa de ser exclusivo do titular da patente e passa a estar à disposição da necessidade social, seja para atender o mercado, seja para promover o desenvolvimento tecnológico ou consoante o interesse público e o estado de emergência nacional. (Santos, 2004)

Particularmente, os casos de licença compulsória por emergência nacional e por interesse público, o Decreto nº 3.201, de seis de outubro de 1999 dispõe sobre a concessão, de ofício pelo Poder Público, de que trata o art. 71 da Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996. Decreta em seu art. 2º que “poderá ser concedida, de ofício, licença compulsória de patente, para *uso público não-comercial*, nos casos de emergência nacional ou de interesse público”. Situação que será declarada pelo Poder Público, desde que constatado que o titular da patente ou seu licenciado não atenda a essas necessidades.

Consideram-se de interesse público os fatos relacionados, dentre outros, a saúde pública, a nutrição, a defesa do meio ambiente, bem como aqueles de primordial importância para o desenvolvimento tecnológico ou sócio-econômico do País. Por se tratar o problema da AIDS uma questão de saúde pública, a licença compulsória dos produtos do coquetel anti-AIDS patenteados é permitida por lei.

Assim sendo, reveste-se o Estado de mecanismos legais limitadores do direito de propriedade, ao relativizar a concepção do dito direito, enquanto instituto absoluto, exclusivo e perpétuo.

A atual Carta Magna brasileira dispõe em seu art. 5º, XXIX, sobre a função social da Propriedade Intelectual, como um conjunto de princípios, envolvendo o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico, a serem respeitados; assim dispõe: “*a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à*

propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País”.

A Lei de Propriedade Industrial vigente (Lei n.º 9.279/1996) traz o desdobramento do que seria a função social aplicada aos bens industriais¹⁰, mencionando em seu art. 2º que “a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial efetiva-se, mediante o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País”. (Domingues, 2005)

Por outro lado o Acordo Trips, apesar de prever a possibilidade do licenciamento compulsório, exige determinados critérios a serem adotados pela legislação nacional dos países signatários (Gontijo, 2006). Apresenta também, substantivas diferenças quanto aos critérios de função social, a exemplo da concepção do objetivo da patente, e das exceções à proteção patentária, quando comparado com a legislação nacional, conforme demonstra parte do estudo comparativo de Fonseca (2001):

QUADRO 1 - ESTRUTURA DA PROTEÇÃO DE PATENTES

ASSUNTO	DIREITO BRASILEIRO*	ACORDO TRIPS
Objetivos	Proteção funcionalizada, à vista do desenvolvimento tecnológico e socioeconômico, e o bem-estar da população.	Promoção da inovação tecnológica, transferência e disseminação da tecnologia, vantagens mútuas dos produtores e usuários de conhecimento tecnológico, visando ao bem-estar socioeconômico e ao equilíbrio de direitos e obrigações.
Salvaguardas (princípios de)	Salvaguardas constitucionais autorizadas para proteger o mercado interno enquanto patrimônio nacional, organizar o abastecimento alimentar, cuidar da saúde e assistência públicas e proporcionar acesso à ciência e tecnologia para solução dos problemas brasileiros.	Admitidas medidas de salvaguarda da saúde pública e alimentação e interesse público, contra abusos de direito e práticas adversas ao comércio e à transferência de tecnologia.
Objeto da patente	Invenções de produto ou processo que atendam aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, excluídas as resultantes de transformação do núcleo atômico e as relativas a seres vivos, incluídas as relativas a microorganismos transgênicos e variedades de plantas.	Mesmos requisitos aplicáveis. Proteção independente dos produtos serem importados ou produzidos no país da patente. Vedada discriminação quanto ao lugar da invenção e ao campo da tecnologia. Seres vivos são passíveis de exclusão, menos microorganismos e variedades de plantas.
Termo de proteção	Prazo de 20 anos do depósito; prazo não	Prazo de 20 anos da data do depósito.

¹⁰ Nomenclatura adotada pelo Prof. Fábio Ulhoa Coelho para se referir às patentes de invenção e modelo de utilidade, as marcas e desenhos industriais.

	inferior a 10 anos da data da concessão.	
Exceções (atos não comerciais)	Experimento, estudos ou pesquisa por terceiros, inclusive testes para atender à regulação (regulatory review exception).	Admitidas, sem prejuízo da exploração normal da patente e do interesse legítimo do proprietário.
Licença compulsória	Nas hipóteses de abuso de direito ou abuso de poder econômico, não-exploração do objeto da patente, de patente dependente e casos de emergência nacional ou interesse público. Royalties razoáveis devidos.	Admitido o uso não autorizado em favor de terceiro, inclusive do governo, para fins sob condições limitados: não exclusivo, não transferível, suprimento de mercado doméstico e tempo reduzido. Remuneração adequada devida.
Controle de práticas anti-competitivas	Repressão das condutas de abuso do poder econômico como: impedir acesso à tecnologia ou exploração de patentes, dividir mercados, interromper produção ou relações comerciais, praticar vendas casadas e discriminação de preços etc.	Não previsto.
Devido processo legal	Observância obrigatória no processo judicial e administrativo, conforme critérios legais, vedada a imposição de restrições em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.	Restrição à propriedade, atendido o mérito do caso individual, observados o contraditório e ampla defesa e direito de recurso; e imposta na medida necessária à reparação da falha de mercado e consistente com a proteção internacional.
Caducidade pelo não-uso	Prevista após 3 anos da concessão na ausência injustificada de produção local.	Não tratada.
Pipeline	Proteção às invenções nos setores de alimentos, químico-farmacêuticos e de medicamentos, inclusive respectivos processos, não objetos de comercialização à data da LPI e não sujeitas à proteção no Brasil segundo o direito anterior.	Não tratada.
Importação paralela	Admitida excepcionalmente nas hipóteses de licença compulsória.	Não tratada.

*CF/88, Leis n.º 10.196, 9.279/96, 9.784/99, 9.456/97, 8.884/94.

Fonte: Fonseca (2001, 248-250)

Por fim, cabe destacar, que o licenciamento compulsório trata-se de uma modalidade de realização dos direitos humanos, ancorada no princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, entre outros.

Os grandes exemplos de repercussão internacional da utilização do mecanismo do licenciamento compulsório, enquanto nova prática jurídica destinada à proteção do acesso à saúde, garantindo-se a realização de políticas tecnológicas em saúde originaram-se do movimento social anti-HIV.

Conclusão

É inegável afirma que o Estado brasileiro apresenta-se como o grande promotor de um ambiente institucional favorável às políticas públicas de acesso aos medicamentos, especialmente os anti-HIV.

Tal ambiente, resultado da planificação estatal, pauta-se nos fins sociais esculpidos pela Carta Magna de 1988 a partir das normas-princípios de uso social.

Mister destacar, que seus desdobramentos apareceram tanto nas ações políticas nacionais, quanto nas legislações infraconstitucionais a exemplo do Decreto nº 3.201, de 6 de outubro de 1999. Este estabelece em seu art. 2º que “poderá ser concedida, de ofício, licença compulsória de patente, para *uso público não-comercial*, nos casos de emergência nacional ou de interesse público”.

A referida planificação estatal permitiu o vigor político-jurídico necessário ao movimento social anti-HIV e este, em contrapartida, trouxe a revitalização necessária ao poder público, que despertou para a formulação e viabilização de ações políticas de interesse nacional relacionadas à saúde.

Essa nova agenda social foi moldada, sobretudo, pela revitalização do instituto do direito de propriedade, por meio da doutrina da função social, incorporada à Lei Maior com o *status* de norma-princípio constitucional, propiciando uma postura nacional exitosa quanto à defesa da licença compulsória das patentes de medicamentos anti-HIV.

Em síntese final, pode-se afirmar que a postura do Estado Brasileiro foi ao mesmo tempo legítima, ancorada na necessidade sócio-humanitária de preservação da vida dos portadores do HIV, bem como revestida de legalidade: dentro do direito público interno (i), sob o fundamento do princípio constitucional da função social da propriedade e de seu desdobramento nas leis nacionais e dentro do direito público internacional (ii), conforme dispositivo do acordo Trips – *Trade Related Intellectual Property Right*, ainda que pesem substantivas diferenças quanto aos critérios de função social em relação à legislação nacional.

Referências Bibliográficas

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. *Direito Administrativo*. 13.^a ed., Niterói (RJ): Editora Impetus, 2007.

ANDRIEU. *O direito nas sociedades humanas*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARENDT Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 de maio de 1988.

BRASIL. Lei n.º 9.279, 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 de maio de 1996.

BRASIL. Decreto n.º 3.201, 6 de outubro de 1999. Dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1999

BRASIL. Lei n.º 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2002.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. (tradução Silvana Finzi Foá). São Paulo: Xamã, 1996. p. 335.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercia*, Vol 01. São Paulo: Saraiva, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2000.

DOMINGUES, Renato Valadares. *Patentes farmacêuticas e acesso a medicamentos no Brasil. a aplicação do Acordo TRIPS*. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

DUGUIT, Léon. *Traité de droit constitutionnel*, Paris, 1927. Apud, ASSIER-

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2004.

FONSECA, Antônio. *Exaustão internacional de patentes e questões afins*. In: PICARELLI, Márcia Flávia Santini e ARANHA, Márcio Iorio. *Política de patentes em saúde humana*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 192-253.

GONTIJO, Cícero Ivan Ferreira. *As Transformações do Sistema de Patentes, da Convenção de Paris ao Acordo TRIPS: a posição brasileira*. Brasília: FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL NO BRASIL, 2005. Disponível em:<http://boell-latinoamerica.org/download_pt/trips_1105.pdf>. Acesso em: 3 janeiro 2006.

SANTOS, Alysson Silva dos. *Inovação Tecnológica na Periferia. Política de Patentes no setor Fármaco: Um Estudo de Caso do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco. 1995-2003*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

SANTOS, Alysson Silva dos. *Função Social da Propriedade Agrária: O Imperativo Legal para Realização da Justiça Social no Campo*. Scientia Una (FOCCA), v. 10, p. 159-176, 2009.